

Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Aldacir
Oliboni



Atena
Roveda



Cláudia
Araújo



Gilvani
o
Gringo



Hamilton
Sossmeier



Psicóloga
Tanise
Sabino

015ª COSMAM 22ABR2025

Pauta: A importância do Conselho Municipal de Saúde – CMS.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): (10h08min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. Bom dia a todos. Sejam todos muito bem-vindos à nossa reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, a COSMAM. Eu sou Tanise Sabino, sou vereadora, Presidente desta comissão. Quero saudar aqui a Ver.^a Cláudia Araújo, minha vice-presidente, a Ver.^a Atena Roveda, o Ver. Aldacir Oliboni, o Ver. Hamilton Sossmeier, que está conosco, e o Ver. Gilvani o Gringo. A pauta de hoje é proposta pela Ver.^a Atena Roveda, que trata sobre o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. Quero, neste momento, convidar para compor a Mesa os nossos convidados. Já está conosco aqui nosso secretário municipal da Saúde, o Fernando Ritter. Gostaria de chamar também a sua equipe, a Kelma Nunes Soares, que é diretora de planejamento da Secretaria Municipal da Saúde, e a Caroline Ceolin Zacarias, que é diretora adjunta, representando aqui a Atenção Primária. Quero convidar também o Sr. José Luiz Soares Mansur, secretário do Conselho Municipal da Saúde, a senhora Maria Inês Bothona Flores, coordenadora do Conselho Municipal da Saúde, o Sr. Waldir José Bohn Gass, coordenador do Conselho Municipal da Saúde, a Nádia Maria Andrade de Albuquerque, coordenadora adjunta do Conselho Municipal

da Saúde, a Rosa Helena Cavaleiro Mendes, coordenadora adjunta também do Conselho Municipal da Saúde, Djanira Corrêa, conselheira distrital da região Sul e Centro-Sul. Quero compartilhar com vocês que o Conselho é um órgão fundamental de controle social, da gestão do SUS, na cidade de Porto Alegre, com caráter permanente, deliberativo e fiscalizador. O Conselho tem um papel essencial na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas de saúde, garantindo que a população participe ativamente das decisões que impactam diretamente a qualidade de vida das pessoas. Então, fortalecer esse processo é essencial para assegurar uma saúde pública mais transparente, inclusiva e comprometida com as reais necessidades da população de Porto Alegre. Neste momento, então, gostaria de passar a palavra para a Ver.^a Atena, proponente desta pauta.

VEREADORA ATENA ROVEDA (PSOL): Bom dia, Presidente Tanise Sabino, bom dia aos demais parlamentares da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, bom dia a quem nos escuta, principalmente, ao Conselho Municipal de Saúde. Acredito que, neste meu primeiro mandato, o que a gente mais experienciou desde o início da COSMAM é, de fato, um espaço mais profícuo para a fala de conselheiros e conselheiras. Pensando nesse problema, que é um problema a gente não ter mais espaço para que conselheiros e conselheiras, que trabalham de maneira voluntária com um tema tão caro como a área da saúde, não tenham esse espaço ou, muitas vezes, o próprio respeito institucional. Porque conselheiros e conselheiras dão sua vida para uma pauta e para uma causa tão importante, muito mais válidas que, muitas vezes, nós, vereadores, que temos complexidades, inclusive partidárias. Então, acho que é importante a gente ter esse entendimento. E, quando a gente propõe um espaço como esse na Câmara de Vereadores, dentro de uma reunião ordinária, a importância do Conselho Municipal da Saúde ter a presença do secretário municipal da Saúde aqui nos faz felizes nessa experiência, porque nós temos problemas, e não são problemas políticos, acredito que são problemas administrativos do processo, e nós precisamos entrar em consenso. E o meu papel político aqui, aí sim eu, como

uma agente política que sou, preciso entrar num coeficiente comum entre ambas as partes, e é por isso que a gente está aqui dialogando. Acredito que vai ser um prazer gigante escutar cada conselheiro e conselheira, como vai ser também muito prazeroso a gente poder fazer não uma colisão, mas uma agremiação, de fato, dos nossos entendimentos. A gente já tem um acúmulo de debate com o Conselho Municipal de Saúde, com as conselheiras e conselheiros, já temos um acúmulo com a Secretaria Municipal da Saúde, temos boas relações em ambas as partes, e, portanto, a gente quer que ao final dessa reunião, meio-dia, a gente fixe encaminhamentos que, de fato, possam dar vazão ao trabalho do Conselho Municipal, mas também que façam o bem-estar da Secretaria Municipal de Saúde, para que vocês também possam realizar e ter parceria com o Conselho Municipal da Saúde. Esse é o maior entendimento aqui, e, peço vênha caso aconteça alguma situação emotiva, acredito que todo mundo aqui hoje está por um bem comum, que é a saúde de Porto Alegre. Obrigada.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada, Ver.^a Atena. Neste momento, vamos já, de imediato, passar a palavra para os nossos convidados. Vamos iniciar com o José Luiz. O senhor tem um tempo de aproximadamente cinco minutinhos.

SR. JOSÉ LUIZ SOARES MANSUR: Bom dia a todos e a todas, em especial a nossa coordenadora do Conselho, a Maria Inês, ao nosso secretário de Saúde, Fernando Ritter, aos demais participantes da reunião. Meu nome é José Luiz, sou assessor técnico e secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, sou um servidor concursado da Prefeitura. A minha profissão, eu sou assistente social e atuo no Conselho Municipal de Saúde desde novembro de 2018. Quando eu entrei no conselho, nós tínhamos: eu, como assessor técnico, e uma colega minha, a Joana, que era também assessora técnica, e nós dividíamos o trabalho. A Joana ficava com a parte de trabalhar a questão da participação social da comunidade, e eu ficava com a parte mais das análises dos contratos. Só que, em 2020, com a pandemia, ela acabou se aposentando.

Acabou ficando apenas eu com essa parte e ainda acumulei a parte da secretaria executiva do conselho, então, foi bem complicado. Por toda a importância que o conselho tem, que foi relatado aqui pela vereadora, o que eu percebo, no meu trabalho no conselho, é muito pouca valorização do Conselho Municipal de Saúde por parte da gestão. A gente sente falta do secretário da Saúde nas reuniões de núcleo de coordenação. O secretário da Saúde é membro nato do núcleo de coordenação. O núcleo de coordenação é formado por 50% do segmento usuário, 25% do segmento trabalhador e 25% gestão. E o secretário é membro nato. O secretário encaminha sempre, nas reuniões de núcleo, a sua assessora, ou alguém da assessoria, alguém de outra área técnica, dependendo da pauta, mas a gente sente a falta do secretário, o secretário é que decide. A gente sente falta também do secretário da Saúde nas reuniões do plenário, há bastante tempo o secretário não vai. Eu sei que são sempre reuniões tensas, enfim, são ideias que são debatidas, e a saúde de Porto Alegre não está muito bem, por tudo o que a gente vem comentando na mídia, mas é um espaço que está ali, do debate. O Conselho Municipal de Saúde é um espaço onde é oportunizado à sociedade participar, como foi citado, do monitoramento das políticas de saúde, na formulação da política de saúde. A gente está agora em plena elaboração do Plano Municipal de Saúde 2025/2029 ou 2030. A comunidade também tem que participar desse debate. Então, é isso. A gente tem falta de estrutura no Conselho, faltam recursos humanos para nós. Eu vou citar um exemplo: hoje eu tenho uma reunião do Grupo Hospitalar Conceição, onde a gente vai tratar de elaborar uma formação para os conselheiros que atuam nos conselhos locais de saúde, que são do GHC, nos conselhos distritais e nos conselhos gestores. Então, o conselho gestor é onde... são os conselhos que são hospitais ou prontos atendimentos ou UPAs. Do GHC a gente conseguiu formar todos os conselhos gestores. Os conselhos gestores atuam nos hospitais com a mesma ideia do controle social, de fiscalizar, de monitorar, de propor, e a mesma divisão: 50% dos usuários são indicados pelo conselho municipal, ou pelo próprio conselho distrital daquela região onde está o hospital, por representantes dos trabalhadores que são eleitos daquele hospital e pela gestão

que faz a gestão do hospital. É essa a formação. Lá a gente tem todo o apoio daquela gestão. Na quinta-feira, vai ter o segundo curso de formação para os conselheiros. Eles contrataram lá *coffee break*, fizeram o convite para todos os conselheiros, eles têm nominal isso aí. Então, a gente nota que é uma gestão que valoriza a participação, o controle social, coisa que eu percebo, na minha atuação, que a gente não sente essa valorização. A gente tem que fazer para que haja conselhos locais, conselhos distritais atuantes, a gente precisa fazer a formação para as pessoas. Tu estás nas comunidades, muitas vezes, eles não têm a experiência de participação. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Como é que faz, por exemplo, um registro de ata, como é que tu elaboras uma pauta, essas questões todas o conselho, nas suas visitas, faz essa formação. Nós temos, claro, a formação que todos os anos a gente consegue, acho que geralmente duas vezes por ano a gente tem uma formação que é para todos, mas a formação que é a legal é quando tu estás lá no território, junto com a comunidade. Para finalizar, eu só solicito encarecidamente para a gestão que possa dar uma olhada mais carinhosa para o controle social, que não veja nós como agressivos. Nós somos amorosos pelo SUS, a gente quer que a saúde sempre melhore, se qualifique e atenda às pessoas, porque as pessoas pagam impostos, muito imposto neste País, e a gente está vendo que estão precisando, não só em Porto Alegre, mas em vários lugares no Brasil, precisando que o SUS atue. O SUS é fundamental, ele é o maior sistema de saúde do mundo. É isso aí. Muito obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada. Vou passar a palavra, neste momento, para Maria Inês Flores, coordenadora do Conselho Municipal de Saúde. Cinco minutinhos.

SRA. MARIA INÊS BOTHONA FLORES: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Outros conselheiros e conselheiras foram convidadas, mas, pela falta de água em Porto Alegre nas regiões nordeste e norte, algumas pessoas disseram que não vão poder participar. Saúdo a iniciativa da Ver.^a

Atena, que nos proporcionou essa conversa sobre o controle social; saúdo a presença do secretário Ritter, da Kelma, que está sempre presente nas reuniões de núcleo, que é com quem a gente mais se relaciona. Desculpa, esqueci o teu nome. (Pausa.) Ah, Caroline. E as nossas parceiras de sempre, a Djanira, que é, acho, a conselheira mais antiga, como coordenadora do conselho, que nós temos ainda atuando; e o Waldir, que é coordenador junto comigo. Quero apresentar um pouquinho para vocês o que é o conselho. O controle social já está dentro da Constituição Federal, e ele tem um papel deliberativo nas políticas de saúde das cidades. Por isso que, ano passado, quando houve todas as mudanças nas leis que regem os conselhos municipais, o Conselho Municipal de Saúde não foi alterado, porque o papel dele de deliberação está na Constituição Federal. Como ele é formado? Ele é formado, como o Zé já falou, por 50% de pessoas usuárias, 25% por pessoas trabalhadoras do SUS e 25% pela gestão. Nós temos que sentar e conversar sobre as políticas de saúde da cidade, e quase sempre isso não acontece. Nós sempre sabemos pela imprensa o que está acontecendo, prova disso é a notícia que está bombando nas redes, que é a entrega da gestão dos hospitais de Porto Alegre para o governo estadual: isso não passou em nenhum momento, em nenhuma instância do controle social. Como esse controle social começa? Ele começa lá dentro da unidade básica de saúde, com o conselho local, também com a mesma representação de pessoas usuárias, trabalhadoras e gestoras da unidade básica, ou do hospital ou do pronto atendimento, se é um hospital, um pronto atendimento ou UPA. Depois, esses conselheiros locais se reúnem por regiões no que chamamos de conselho distrital de saúde. Os representantes dos conselhos distritais de saúde se reúnem no plenário do conselho, que tem reuniões quinzenais, sempre às quintas-feiras. Fazem parte também do plenário do conselho todas as entidades que prestam algum serviço de saúde na cidade: os conselhos profissionais, os sindicatos de trabalhadores ligados à saúde e outras entidades. O plenário se reúne, é aberto à presença, à fala, mas o voto é só para quem é, de fato, conselheiro ou conselheira, e, claro, vêm as reclamações. O secretário Ritter acha que, às vezes, os conselheiros e conselheiras são agressivos, mas é o

momento que eles têm de estar cara a cara com ele – não é sempre que a gente consegue isso. E as pessoas ali estão apresentando o que elas estão sofrendo no dia a dia, ou não conseguem consulta, ou não conseguem o exame, ou não conseguem o medicamento. Dificilmente alguém elogia isso, a gente sabe que para criticar é mais fácil. Quando essa construção já não é conjunta lá da base, aí a coisa explode lá no conselho. Então, na dinâmica da plenária do conselho, abrimos um espaço de dez informes das pessoas usuárias, geralmente esses informes vêm das regiões, e sempre temos uma pauta. A pauta da nossa reunião de quinta-feira é a dengue, porque a gente sabe que a dengue é a situação de saúde que mais está preocupando a cidade no momento. Sempre é assim, mas, independentemente disso, vão vir coisas das regiões, ou é uma UPA que não está funcionando adequadamente, ou é uma unidade básica que está sem a sua equipe de trabalhadores completa, sempre vai vir algum assunto dos conselhos distritais que estão ali representados – ou também alguma denúncia de alguma pessoa usuária, que não precisa ser conselheira, que a gente abre espaço. Então, reforçando o que o José Luiz já disse, gostaríamos que houvesse um diálogo melhor com a gestão e que nós tivéssemos mais recursos. Nós estamos sem trabalhadores, temos duas vagas abertas de trabalhadores, desde a saída da Joana, em 2020, nós estamos com uma vaga de nível superior aberta. Nós temos também uma vaga de nível médio aberta, que está aberta e não tem jeito de ser ocupada, nós temos dificuldade, por exemplo, de fazer reunião, acompanhar reuniões lá no Conselho Distrital do Extremo-Sul ou da região norte, porque nós não temos carros. Nosso trabalho no conselho é totalmente voluntário. Quando precisa ir em uma reunião que é do outro lado da cidade, nós precisamos usar o nosso veículo próprio ou usar transporte coletivo, e geralmente as reuniões dos distritais são à noite, então isso dificulta. O que nós queremos com essa reunião é colocar a par os vereadores e as vereadoras da situação de como funciona o Conselho Municipal de Saúde e as condições que nós temos de trabalho, que é um trabalho para toda a população. Era isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Obrigada. Vou passar a palavra agora para o Sr. Waldir, coordenador do Conselho Municipal da Saúde.

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: Bom dia, Tanise, coordenadora da comissão; quero parabenizar a Atena pela iniciativa de propor esse debate; obrigado também ao secretário Fernando e à equipe, e a todo mundo que está aí, conselheiros. Há somente algumas questões, a questão da participação: qual a participação que um governo quer? Sempre tem, nunca o governo decide sozinho. Agora, há governos que preferem não escutar um lado, o povo em geral, o que não quer dizer que não escutem empresários e outros interesses que representam na cidade. Então, não tem essa história de participação, não. Que participação nós realmente queremos? Nós queremos a participação, digamos assim, do povo em geral, para quê? Tem experiências, estudos que dizem que quanto mais participação há, e participação popular, mais eficiência tem na aplicação dos recursos, mais equanimidade da distribuição de recursos na cidade, e muito menos denúncias de corrupção tem. Quanto menos essa participação ocorre, menos distribuição de renda tem, mais denúncias de corrupção tem, e assim por diante. Então, reafirmar aqui a importância... Creio que o Fernando tem consciência disso. Ela é efetiva, ela pode até incomodar, sobretudo para quem realmente não quer redistribuir os recursos do Município para toda a cidade, que tem outros interesses firmados aí nos processos em geral de campanhas. Realmente, nós tivemos um momento aqui, em Porto Alegre, onde, de fato, um governo – e vamos dizer o nome, o governo Marchezan – tomou uma decisão de acabar com a participação popular, e mexeu em todas as leis, inclusive da saúde e tudo mais, e foi uma guerra permanente com a participação popular. Só não extinguiu o Orçamento Participativo porque tinha toda uma história ao redor do Orçamento Participativo e ficava ruim extinguir, riscar. O Orçamento Participativo manteve uma estrutura aparente do Orçamento Participativo também.

Como no período anterior, quando o Fortunati era prefeito, o Conselho Municipal de Porto Alegre fez toda uma discussão para atualizar algumas coisas da lei da

participação do conselho, que precisa mesmo ser atualizada, porque hoje tem novos movimentos na cidade que estão pedindo participação. E, como a lei lá nomina as entidades que têm que participar, então essa troca não pode acontecer. O Conselho Estadual viveu, agora, um processo de atualização... E durante o governo do Fortunati, esse debate aconteceu. Quem nos acompanhava, Atena, nesse debate? Era o então vice-prefeito de Porto Alegre. E, com a presença e a participação dele, estava ali representando o prefeito, nós construímos uma proposta que foi encaminhada para a Câmara, no ano das eleições, no ano da eleição de 2016. Como aconteceu o processo eleitoral, essa lei acabou não votada. Então devemos, até hoje, essa atualização que oxigenaria o conselho, no sentido de ampliar a participação de novos sujeitos sociais que foram surgindo na cidade nesse período. E tem muitos novos sujeitos sociais que estão surgindo diante das necessidades que a cidade vive.

Então, bom, quando da eleição do vice-prefeito para prefeito, depois da gestão do Marchezan, nós, todos, tínhamos uma expectativa: “Bom, o Melo ajudou a elaborar aquela atualização toda”. Logo no início, inclusive, a nova coordenação, a então coordenação do Conselho Municipal, apresentou essa proposta de desarquivar essa proposta construída na gestão do governo Fortunati para poder, então, atualizar essa necessária oxigenação, vamos dizer assim, mudando a lei naquilo que era necessário para permitir realmente essa entrada de novos sujeitos e dinamizar mais a questão da participação popular no conselho. Bom, não fomos, nenhuma vez, nem recebidos para fazer esse debate. E, em novembro, do primeiro ano do governo, nós fomos surpreendidos com uma lei também que, na saúde, acabava com o Conselho Municipal na sua potência, na sua função essencial, que era o poder deliberativo. Bom, graças a uma legislação nacional mais consolidada na luta da saúde do que em outras áreas, acabamos conseguindo impedir isso e, graças à mobilização, agora a mobilização que houve em todas as áreas, as áreas da cultura, da assistência social, da educação, todo mundo se mexeu, se mobilizou e brigou, mas nem todos os setores têm uma legislação nacional mais consolidada que ampara, vamos dizer assim, essa organização da participação do controle social como

tem no SUS. E, graças à luta da resistência, da resiliência aqui das lideranças, e mais essa legislação, que é uma luta histórica do controle social, que se consolidou no SUS, definido lá naquela 8ª Conferência Nacional, em 1986, depois, graças a uma mobilização nacional intensa, acabou aprovada como uma política de Estado, não é uma política de governo. E o controle social é um dos pilares. O controle social não é uma opção de um governo A ou B. Não, esse controle social, no SUS, está inscrito na Constituição, portanto, não é um capricho de algum governo que foi eleito, faz parte dos pilares do próprio SUS. Então, nesse sentido, essa é a nossa luta. Então, a nossa luta é para além de um projeto político. É óbvio que ele está inscrito lá porque tem uma mobilização social, no campo da esquerda, popular, ancorada exatamente nessa questão ali, de que a participação popular ajuda a distribuir a renda, ela garante que o orçamento do País, do Estado, e qualquer estado, seja a parte do estado municipal, estadual ou federal, realmente seja mais distribuída, porque tem mais gente ali colocando realmente as suas necessidades e ajudando a decidir para onde deve ir. Então, nós ficamos, de fato, impactados com essa postura do governo Melo. E aí não é a questão de qual o secretário que está na saúde, essa é a política que, até hoje, o governo Melo não disse uma palavra que estava voltando atrás. Está continuando com isso em todas as áreas, também na saúde. Claro que na saúde teve uma ação judicial. Eu até nem sei como está, em que pé está hoje essa ação judicial. Mas achamos que é fundamental, para realmente a cidade poder enfrentar essa situação, não basta o esforço de muitos trabalhadores. Nas enchentes, acho que ficou provado, foi a área da saúde que mais iniciativas teve para fazer frente a essas emergências todas, mas se nós não tivermos uma organização permanente em que a participação popular e tudo mais estiver permanentemente interagindo e avançando conjuntamente, todas as situações... E aqui a Inês já lembrou a dengue, que estamos hoje no estágio de emergência da cidade, mas pode virar uma pandemia daqui a pouco. Outras catástrofes ambientais inclusive, ninguém de nós sabe quando podem acontecer. Por que não se procura realmente intensificar, voltar a aprender com tudo que Porto Alegre já viveu pelo lado positivo, também pelos nossos erros,

limites e contradições, para realmente avançar no processo participativo? Porque a história tem mostrado que, com participação popular, tudo pode acontecer. Mas aí, de fato, eu termino com isso. São opções. A luta pela reforma sanitária que se deu no SUS tinha como diretriz básica o fato de que a saúde é um direito. Portanto, independente da minha condição social, da minha condição racial, da minha condição, não importa qual, eu preciso da saúde, do atendimento à saúde, eu tenho esse direito. E alguém tem que garantir. Aí diz que o Estado e a sociedade têm que garantir isso. Então essa é a nossa luta. Agora sabemos também, desde que o SUS foi incorporado na Constituição, ele nunca deixou de apanhar. Porque a área da saúde, ou melhor, da doença do povo, também é uma fonte de grandes negócios. Em cima da doença do povo, se podem construir muitos lucros. Isso não precisamos aqui provar, porque isso todo mundo sabe. Então a luta entre a saúde como um direito e a doença como um fator de lucro, uma mercadoria, uma questão para enriquecer alguns, continua muito dura. Muito dura e muito forte. E a participação popular é uma força necessária, fundamental, para garantirmos a saúde como um direito. Então acho que essa é uma questão que tem que ser incentivada. E a participação popular, temos que reforçar isso, acho que se criam mecanismos para tentar desempoderar a população. Acho que a infraestrutura que já foi colocada também aqui do Conselho Municipal foi sendo desmontada, e uma série de outras burocracias. Mas, queremos dizer que há muitos militantes que estão segurando. Os trabalhadores foram fundamentais também nessa luta da saúde, e continuam sendo fundamentais. E a nossa esperança é sempre isso, que, mais cedo ou mais tarde, muita gente compreenda que com a participação popular, podemos, sim, construir um amanhã melhor. E vai acontecer.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada, senhor Waldir. Passo a palavra agora para a senhora Djanira Corrêa, conselheira distrital da região Sul, Centro-Sul.

SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO: Bom dia a todos, a todas e a todes. Cumprimentando a Tanise, cumprimento o secretário, cumprimento a todos que estão aqui nesta reunião. Eu já fui muito contemplada pelas falas do Waldir, da Inês e do Zé Luiz. Mas, como sou mais antiquinha, vou trazendo a história do Conselho de quando eu entrei. Quando eu entrei no Conselho, foi na época do prefeito Fortunati, onde teve o escândalo das Sollus, que o Conselho, juntamente com outras pessoas, descobriu e botou a boca no trombone. Tanto é que, depois de tantos anos, o dinheiro voltou. E eu queria dizer para vocês que, no governo do Fortunati, o secretário era o mesmo, o Fernando. E como muda de um prefeito para o outro? E a gente entende que, quando a pessoa se dispõe a trabalhar com aquele prefeito, a pessoa tem que fazer o que o prefeito manda, porque ele é um sujeito que está... Sujeito não estou denegrindo a imagem. Digo um sujeito de ação. Ele tem que cumprir o que o prefeito diz. Então, saiu o Fortunati; quando foi o Marchezan foi um desmonte total do Conselho. Porque, quando era o Fortunati, com tudo que a gente discutia e brigava – sim, a gente briga, a gente briga pelo melhor, a gente busca o melhor para a gente, para a comunidade onde a gente mora –, quando era o Fortunati, a gente construiu muitas coisas aqui. E o secretário era o mesmo. E, agora, que surpresa! Chegamos em 2025 com um prefeito que, lá, quando era vice, se mostrava diferente. Ele fez um papel muito bem feito. Ele chegava, conversava com a gente, convidava a gente para ir tomar um cafezinho na sala dele. E, agora, para surpresa, ele não respeita o Conselho nem os conselheiros. Ele tem asco do Conselho. Tanto é que ele quis desmanchar, tirar o poder do conselho deliberativo. Então, a nossa luta não é para aparecer ou ofender o secretário, ofender o prefeito. Claro que o prefeito não era... Nós não o elegemos, quem o elegeu foi quem estava satisfeito com a enchente, que ganhou dinheiro na enchente. Alguém votou nele, se ele ganhou. Eu não fui. E o que é a minha surpresa agora? Como é que está a saúde? A saúde, conforme os prefeitos foram mudando, foi se denegrindo a saúde, foi se desmanchando o que nós tínhamos de melhor. E foi caindo, caindo, e, hoje, nós estamos em um poço muito fundo e negro, porque, para fazer um exame, tu esperas um ano. A coisa mais triste é quando uma pessoa vai ao médico e o

médico já avisa a pessoa que o exame é importante, mas vai demorar um ano. Então, o papel do Conselho não é só reivindicar, a gente propõe também algumas coisas. E, agora, para a minha surpresa, porque eu já venho vindo nessa história, é quando a gente lê que vão entregar o Hospital Pronto Socorro, que tem a nossa história, que tem a nossa vida. Ninguém em Porto Alegre ou em outra cidade... Quando se fala no Pronto Socorro, todo mundo diz assim: fui super bem atendida lá. Olha o que foi na Boate Kiss. Quem é que atendeu as pessoas queimadas? Quem foi? Foi o Pronto Socorro. E quem era o prefeito naquela hora? Quem era o secretário? E agora, gente, parece que mudou tudo. E não mudou para melhor. Ontem, nós tínhamos um espelho em que a gente se olhava e podia dizer que íamos chegar lá. Hoje está embaçado, porque a gente não sabe onde está e nem para onde vai. E isso é muito triste. E qual é o papel do Conselho? Claro que o papel do Conselho é discutir saúde, é aprovar ou não aprovar os planos de saúde, é aprovar os pareceres, isso é nosso, mas também o Conselho... O secretário até pode reclamar disso, mas nós temos muito mais para reclamar. Por quê? Quando nós mandamos as coisas para o Conselho, para o secretário aprovar e mandar para o Dopa, isso não vai. Quando a gente faz as resoluções, também não vão. Então, eles querem nos massacrar, nos sufocar de uma maneira que a gente não possa falar, que a gente não possa ter ação. Isso é triste. Quando eu cheguei ao Conselho, vou repetir aqui a Maria Inês, a Maria Inês vem bem depois, nós tínhamos secretária, nós tínhamos uma pessoa que era médica, que foi secretária de saúde de Alvorada, que fazia os pareceres do Conselho muito bem feitos. Ela escreveu um livro, nós fomos premiados nacionalmente pelo Livro do Conselho, e eu sempre tenho que saudar esta pessoa. Então, gente, nós tínhamos secretária, a gente recebia os vales quando precisava, quando íamos para Brasília, a gente precisava de passagem, a gente ia lá, discutia, demorava, mas saíam as passagens para ir à Brasília. Hoje, nem o dinheiro que o Conselho tem direito o Conselho recebe todo. Passagem, então? Tem gente que até hoje foi para Brasília com dinheiro próprio e não recebeu o dinheiro. Gente, isso é desmontar a saúde em Porto Alegre. Porque nós temos que ter dinheiro para caminhar, dinheiro para nos mexer.

Porque a gente quer participar, a gente não quer brigar, mas a gente vai perdendo as estribeiras, a gente vai perdendo as estruturas. Quando a gente vai vendo que tudo vai caindo, é triste, é triste. Agora, a gente chega lá no Conselho, está o Zé trabalhando loucamente lá, a Kátia, que é a nossa assessora, trabalhando lá, mandando as notícias para fora, vendo o que está acontecendo na cidade; são duas pessoas que estão, olha, quase escravos do Conselho. Isso é ruim. Nós queremos pessoas alegres no Conselho, trabalhando, mas não é por nossa culpa, é por falta... E não adianta mandar trabalhador que não se adequou a algum setor; tem que mandar para o Conselho pessoas que tenham visão de trabalhar conjuntamente para melhorar a saúde, não chegar gente lá que não sabe nada, que não concorda com nada. Isso aí para nós não adianta, mais nos atrapalha do que ajuda. Tem que botar pessoas qualificadas, que entendam de saúde, para poder ajudar o Zé, para poder ajudar a Maria Inês. É brabo. O Conselho realmente tem um papel importante, tanto é que está na [Lei nº 8.080](#), na [Lei nº 8.142](#), e na de 2000, Lei nº 8.141, e diz lá no regimento, e lá na criação dos conselhos, qual é o papel do Conselho. E diz também, agora não vou me lembrar onde, mas diz assim: que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Mas que Estado? Um Estado democrático ou um Estado – não quero usar palavras pesadas – que nos escravize, que só se lembra do povo quando é para votar? Isso é muito triste. A gente não quer brigar, a gente quer propor e conseguir as coisas, mas, ultimamente, a gente às vezes perde as estribeiras, porque é brabo esperar um ano e meio por um exame, esperar um ano por um exame de imagem. Isso tudo vai cansando as pessoas. E eu acho que é isso. É isto que eu venho aqui pedir: que a gente precisa de trabalhador para o Conselho, a gente precisa que o secretário mande as nossas resoluções para serem postas no DOPA, e a gente precisa, sim, conversar. E tenho certeza que, se fosse um outro secretário... Será que nos escutava? Eu sei que o Fernando conhece o SUS, defende o SUS, mas ele também obedece um prefeito que quer concorrer no ano que vem, que quer apoiar um fascista. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Vou encerrar por aqui, para não sair do *script*. Obrigada.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Obrigada. Neste momento, já ouvimos todos os nossos convidados do Conselho Municipal da Saúde, quero saudar o Ver. Jonas Reis, que chegou conosco aqui para este debate, e passar a palavra para o Ver. Oliboni, antes de passar para a Secretaria Municipal da Saúde.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, saúdo nossos colegas da Comissão de Saúde, nossos convidados no dia de hoje através de uma proposição da Ver.^a Atena, que é o Conselho Municipal de Saúde, secretário de saúde, sua equipe, Ver. Jonas, cidadão e cidadãs.

Eu avalio, secretário, como um sinal de paz, bandeira branca. Olha só, o Conselho Municipal de Saúde, legalmente constituído, está fazendo um desabafo aqui para nós de que está tendo dificuldade de diálogo com o atual governo, isso para nós não é bom. Nós temos que repor na mesa de conversa, de negociação, o direito que cada cidadão lhe cabe. Se nós constituímos uma lei federal, em que os estados e municípios podem dialogar, participar da gestão... Inclusive eu estava olhando aqui o papel do Conselho Municipal de Saúde, que é de extrema importância para nós todos, porque ele representa o controle social, que vem lá desde uma unidade de saúde que não está funcionando, ou de algo como o governo lançou agora essa semana, nós temos gestão plena. Como o Município vai decidir sobre um fato como esse, de dar gestão plena, que nós temos um direito condicional, para o Estado? E como vai funcionar? Parece que é o prefeito ou o secretário, parece que é o prefeito que decide sobre isso, não pode. Tem que consultar o controle social, tem que conversar, tem que abrir audiência pública, tem que ver se de fato isso vai resolver o problema. Porque esse programa do governo, Assistir, que para nós temos concordância, mais desassistir do que assistir, que tira recursos dos municípios, é desumano, é desproporcional à dura realidade que nós vivemos na capital. Aí dou certa razão para vocês sobre isso. Recurso não está

chegando, mas quem está pagando é o cidadão que não está tendo acesso à saúde. Então é isso que o conselho aqui coloca, inclusive tem várias sugestões, de ter a secretária que opere para o conselho, de ter um transporte oferecido pela secretaria que ajude a fiscalizar, como faz o Cremers. Agora nós estamos visitando as unidades de saúde para podermos fiscalizar o que está acontecendo. O conselho tem que estar junto, o Coren tem que estar junto, a saúde do trabalhador tem que ser contemplada, entendeu? Tem tanta coisa aqui e eu queria simplesmente reforçar. Vamos reconhecer isso, vamos abrir o diálogo, vamos melhorar essa relação. Eu acho que todo mundo sai ganhando. Agora, essa questão muito pontual de que o Município está, eu diria, pleiteando de entregar o serviço de saúde para o Estado, por favor, Sr. Presidente, nós precisamos ter uma reunião aqui, nós precisamos chamar o Estado, nós precisamos chamar o Município, nós precisamos conversar melhor com o controle social se de fato isso vai resolver. Eu acho que não. É apenas uma fala inicial. Muito obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Pergunto se mais algum vereador gostaria de fazer alguma declaração agora, ou se podemos passar para a saúde? A gente não escutou a saúde. Podemos escutar? Tu queres falar agora? O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Bom dia a todas e todos. Primeiro, parabenizar a Ver.^a Atena, todos os vereadores membros aqui, cumprimentar os secretários, demais membros da secretaria representando o governo e as pessoas que lutam pelo SUS, pelo controle social, pelas políticas públicas na cidade como um todo. Queria apenas dizer inicialmente que eu fico muito preocupado, e não é de hoje, Sr. Secretário, com a população falando, trazendo sugestões que muitas vezes não são acatadas. Eu acho que quando a gente soma esforços e dialoga, a gente constrói melhor para a cidade do que quando a gente toma decisões políticas. Não é porque o prefeito foi eleito com 62% que ele teria uma carta branca. A maioria da população não votou nem no prefeito, nem na Maria. Não foi as urnas.

Então, tem uma parcela importante da população que não escolheu ninguém que está aqui dos políticos, nenhum partido. E é para essas pessoas que a gente também tem que se voltar. Então, quer dizer que essas pessoas não concordam com a forma que está tendo a administração. Então, isso nos preocupa. Por isso que a gente tem que ler as urnas. Ler as urnas não é só ganhar ou perder. Um lado é a situação, outro é a oposição. A gente tem que ouvir o conselho, porque o conselho representa todo mundo que está lá na porta do posto de saúde, ou não conseguiu chegar na porta do posto de saúde, ou está na porta do hospital. Eles representam 100% da população. Nós representamos parcelas. Por isso que eles têm que ser ouvidos primeiramente. São eles. É o controle social. Então, eu queria só deixar isso inicialmente, essa reflexão aqui. Porque, se tem alguém que tem representatividade total da população, são os conselhos. Obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): *O.k., muito obrigada. Passar neste momento passo a palavra para a Sra. Kelma Soares, diretora de planejamento da Secretaria Municipal de Saúde.*

SRA. KELMA NUNES SOARES: Bom dia. Bom dia a todos. Eu gostaria de falar, trazer um pouco da minha experiência também, enquanto representante da gestão. Eu estou desde 2011 dentro do planejamento, na secretaria, e participo do conselho desde então. E, desde aquele momento, a gente sempre, enquanto a Assessoria de Planejamento e Programação – Assepla, participa dos relatórios de gestão, a gente que é responsável por essas entregas, trabalha muito com a questão da legislação. Então, traz muito essa participação do conselho e a importância, entende muito sobre isso. E a gente sempre tenta se colocar nesse papel e tenta dar todo o suporte. Ao longo do tempo – claro, vai mudando e a gente sabe disso –, mas o que a gente vê agora, neste momento, a gente está com diálogo, acho que desde que a gestão começou, essa nova gestão e a anterior também, que ficou a mesma, a gente vem fazendo esse diálogo com o conselho. O que a gente está sentindo, e a gente fala bastante isso abertamente

no núcleo, que eu represento o secretário e a diretora Fernanda também –, a gente sente, depois, nas plenárias, que a gente combina, às vezes, algumas coisas e, na plenária, é um pouco diferente. E a falta de respeito também é complicada. A gente sabe, e a Inês sempre tenta trazer, que o núcleo é de coordenação, só que as pessoas são desrespeitosas. Eu sou servidora de carreira, tenho essa questão de partido do SUS, acredito, estou no planejamento por uma opção, gosto, acho importante a questão da legislação, a questão do SUS, de a gente poder ter uma participação de todos e fazer uma boa discussão. A gente está agora, de novo, fazendo o Plano Municipal de Saúde 20262028. É importante a participação de todos. O Zé trouxe ali, a gente tem a participação do conselho. Toda segunda, a gente está na parte do diagnóstico, e depois nós vamos para a parte maior do debate. E também com a comunidade já até solicitamos essa organização por parte das coordenadorias, junto com o Conselho Distrital.

Então, a gente entende que é um momento em que a gente vem construindo, vem pedindo no núcleo para a gente ter as pautas anteriores, para a gente se organizar, para a gente poder chamar os colegas para estarem participando. Em alguns momentos, a gente sabe, e, às vezes, até o secretário vai trazer, mas ele acha que a gente acaba... As pessoas vão ficando tão brabas e vão trazendo tantas outras coisas que a gente não discute o que realmente a gente tem que discutir, que é a saúde da população e o que está acontecendo.

A gente está num momento delicado, a questão da dengue. A gente achou ótima a proposta da pauta que a Inês trouxe semana passada, porque a gente precisa debater o que realmente está acontecendo no momento. E, às vezes, a gente é pego de surpresa, enquanto gestão, porque, agora o conselho quer essa pauta, agora é outra. A gente sabe que o núcleo do conselho hoje está basicamente com usuários e que eles precisam de um suporte técnico, e eles acabam fazendo reuniões depois com o grupo para conversar sobre isso.

Mas a gente está, neste momento, aí com a proposta de diálogo. Já estou há anos, a minha equipe também participa abertamente, a gente leva tudo. O secretário não está, mas ele está a par, porque a gente leva tudo mesmo. E, as

demais questões que a gente pode, a gente vai estar participando e sempre atuando em prol da população, podendo fazer umas discussões, um debate produtivo, que a gente tenha a resolutividade e possa estar trazendo ali. E, as questões das resoluções, o secretário já tinha solicitado. A gente já está com alguns encaminhamentos para deliberação, para poder divulgar algumas resoluções que estão faltando. Fico à disposição. Obrigada.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ok, obrigada. Vou passar a palavra para o nosso secretário municipal da Saúde, Fernando Ritter.

SR. FERNANDO RITTER: Bom dia, Ver.^a Tanise, presidente desta comissão, quero parabenizar a Ver.^a Atena pelo tema. Acho que o diálogo é sempre muito bem-vindo. Através de vocês, cumprimento a cada um dos vereadores, Ver. Jonas, e dizer para vocês que é o seguinte: sempre tem dois lados do processo, não existe só um culpado. Um lado de cá pode dizer que foram mais de um lado, o lado de lá diz que o culpado é mais aqui. Mas acho que vou na linha que o Ver. Oliboni colocou, de que, se a gente tem disposição para mudar, eu sou o primeiro a estender a mão e poder fazer esse processo.

Mas vamos a alguns fatos também, já que a gente está aqui em uma Mesa onde a gente pode expor também o nosso lado. E aqui não quero que as pessoas concordem, apenas que elas também ouçam o outro lado da gestão.

Primeiro, que eu sou servidor do Município de Porto Alegre, sou cirurgião-dentista, trabalhei mais de sete anos em uma unidade de saúde, fiz toda a formação, não me aquietei só com a formação de graduação. Fiz o meu mestrado, fiz doutorado, e, por obra do destino, vereadora, a minha tese de doutorado foi sobre, Ver.^a Atena, tomar decisão na gestão de saúde pública. E um dos artigos é o papel do controle social na tomada de decisão. Eu entrevistei 407 dos 497 secretários de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Foram dois anos, saíram três teses de doutorado e cinco dissertações de mestrado em cima desse banco de dados. E uma das coisas que eu aprendi é que, realmente, a gente tem que escutar. Mas, hoje, o órgão mais... O espaço de participação

popular mais potente, hoje, é o Orçamento Participativo. Já foi o conselho, hoje não é. Hoje, o Orçamento Participativo está mais arraigado dentro desse processo.

Não é uma disputa para saber quem é mais, quem é menos. E vou te dizer que as reuniões dos conselhos distritais têm um outro nível de discussão, muito melhor. Vou dizer da minha opinião, essa é a minha interpretação. A gente faz acontecer dentro dos conselhos, a gente ouve. Não entendo que a gente não ouça. A questão é que, realmente, as relações com o Conselho Municipal foram rompidas. Não estão estremecidas, elas estão rompidas mesmo. E, aqui, a gente pode abrir o coração.

E eu vou dizer que eu estava fazendo a conta aqui: 23 anos de formado, 23 anos trabalhando no Sistema Único de Saúde. Desses 23, 16 anos eu participei ininterruptamente do conselho – seja aqui, seja em Canoas, quando eu tive oportunidade de gestão, e meus dois anos e meio que eu fui trabalhador de saúde em Santa Maria, eu participei do conselho. Então, são 16 anos trabalhando no conselho. Foi através do conselho que eu tive oportunidade de assumir na gestão. Porque eu, representando o meu conselho de classe, Odontologia, que na época era unificado – Conselho Regional de Odontologia e Sindicato dos Dentistas –, eles juntos decidiam um representante, eu fui o representante e participei como representante. E toda vez eu falava, nesses três minutos iniciais, eu falava, dizia do problema da saúde bucal e propunha uma solução. Talvez a Djanira lembre dos tempos mais antigos, mas isso era antes de 2010. Antes de 2010. A partir daí o secretário, então, Casartelli me convidou: “Quem sabe tu paras de falar e vem fazer.” E eu topei. Fiz uma proposta em 30 dias e disse: “Se tu aceitares minha proposta, eu continuo; se tu não aceitares a proposta, eu digo está bem, muito obrigado, volto para a minha unidade de saúde”. E hoje eu estou aqui, dentro desse processo. Por engraçado, também sou professor universitário, trabalho, sou professor da Pontifícia Universidade Católica. E tu sabes que eu tinha que montar uma aula. Tinha 30 temas. Sabe qual foi o tema sorteado para eu dar aula, que foi determinante? Controle social. O controle social foi o tema da minha aula e me colocou em primeiro lugar na

seleção. Trinta temas, caiu este. Então, por isso, Ver.^a Atena, eu só queria contextualizar isso. Acho que alguns pontos, nós temos que, num processo de negociação e de aproximação, primeiro é o seguinte: ninguém apaga as feridas. Ficam as cicatrizes, mas a gente pode cicatrizá-las. E eu estou disposto. Nós não somos uma gestão que não conversa, a gente nunca deixou de estar presente. O Fernando, por decisão coletiva, a gente decidiu que... Os próprios trabalhadores que estavam na plenária disseram assim: “É melhor tu não ires, porque cada vez que tu vais, piora a situação.” Porque a questão político-partidária se entremeia dentro desse processo de uma forma que não é o princípio básico do controle social. Não foi isso que eu aprendi na Lei nº 8.142, eu posso citar cada um dos artigos. Talvez um não, outro não, mas vocês sabem que sim; e num período eleitoral isso se intensifica de uma forma que ficou desumano. Ficou desumano. E a gente tem que tentar ter respeito próprio, porque, em algum momento, vocês sabem que ficou tenso. Em 2015, 2016, quando eu tive a primeira passagem, Ver.^a Atena, a Djanira era a presidente do conselho, o clima era tenso. Eu me lembro que o secretário se retirou do conselho, e a gente se reaproximou. Reaproximou. Não tenho problema de ouvir crítica, eu tenho problema de ouvir desrespeito. Criticar é bem diferente de faltar com respeito. É bem diferente. E a Ver.^a Tanise, como psicóloga, sabe. Diferenças têm que nos unir e não nos separar mais ainda. Orgulho e individualismo não podem ser princípios de uma relação, devem ser o fim de um processo que a gente está disposto a melhorar. Tem algumas coisas que, assim como a gente também talvez não tenha feito a nossa parte, o conselho também não fez. Nós temos comissões de avaliação de contrato que tem sempre um representante do conselho e nunca, desde 2020, o conselho não se faz presente nas comissões de avaliação de contrato. Isso não é admissível. A gente pode discordar da forma de contratação das pessoas. Eu sou a favor de um serviço 100% público e o governo atual trabalha com a parceria. Agora, não querer fazer porque não concorda é uma coisa que precisa ser revista imediatamente. A gente tem um princípio que é o seguinte: eu sei tudo o que acontece no conselho, a gente conversa, a gente trabalha as pautas, eles trazem para mim; a Kelma é

a representante, e a gente faz um rodízio porque, realmente, as pessoas cansam de ir dentro do processo. Se tornar menos pesado, não estou dizendo que seja leve, não estou pedindo que concordem; mas, desde 2016, Djanira, a gente não aprova nada no conselho – 2016. Foi na nossa gestão a última vez que se aprovou alguma coisa. Inclusive, o Plano Municipal de Saúde, de 2020... Esse vigente não foi aprovado. Não foi aprovado. Foram feitas todas as discussões, foi feito item por item, mas, por uma questão de princípios, onde não concordavam com o processo de parcerização, não foi aprovado. O que eu acho que não é motivo, me desculpem minha sinceridade. Tu podes botar que sou contra a parcerização, sou a favor do processo, mas todo um trabalho de uma equipe, que não é o Fernando que faz, é cada um deles, servidores de carreira. Então, a primeira coisa que eu peço é que a gente volte a dialogar; segundo, que o núcleo seja o núcleo. Não foi uma nem duas vezes que a gente definiu coisas no núcleo. Vocês sentaram com pessoas outras, que não participam do núcleo, e mudaram. Aí a gente fica ruim dentro desse processo, isso magoa a gente. A gente fica, Ver. Jonas Reis, combinando uma coisa, e a instância principal é o núcleo, então, não tem motivo para ter. Então, negocia com as pessoas que mandam, que a gente faz dentro do processo. Acho que a questão de não ter trabalhador... A gente abriu o processo seletivo, talvez tenha que refletir também que a postura do conselho afasta as pessoas. Não há interesse das pessoas. Então, se abriu o processo seletivo e as pessoas não quiseram. Não quiseram. Inclusive, tem um processo SEI, onde a gente coloca isso, foi aberto um processo. Então, tem pessoas que não querem. Difícil para as pessoas quando sentem que o clima não é bom, as pessoas não querem. Se a gente despressurizar a relação, talvez tenha interesse.

Djanira, eu ouvi, eu tenho a minha opinião, eu posso colocar a minha opinião, a gente não precisa concordar com as coisas. A Ver.^a Atena trouxe essa pauta justamente para a gente poder expressar as nossas opiniões. Eu também acho que algumas considerações de vocês, eu posso não concordar, não estou aqui para ser concordante de tudo. Diálogo, eu entendo que a gente sempre teve, a presença de algum secretário não é o que manda, o secretário é a peça

finalística do processo. E eu tenho um trabalho básico com a minha equipe de respeitar as opiniões. Então, é um trabalho técnico. Quando a gente apresenta um projeto, por exemplo, do Centro de Especialidades Odontológicas, até agora a gente não conseguiu botar em pauta. Há dois anos, estou tentando botar. Tem duas universidades que querem montar o Centro de Especialidade, porque eles estão fazendo gratuito o atendimento, e nós podemos regular, e, até hoje, eu não consegui botar na pauta para apreciação do conselho. Então, tem algumas mágoas, se a gente botar a bola ao centro, a gente joga de novo. Pronto. Grêmio e Inter. Um não vai ser a favor do outro e acabou. Mas todos jogam, todos se divertem e a gente se relaciona, se relaciona muito bem.

Vou falar um pouquinho sobre essa questão que surgiu na semana passada. Acho que é importante esclarecer, talvez seja um dos motivos que o Ver. Jonas venha aqui hoje para saber – não é, vereador? – sobre... Estamos passando para o Estado. Primeiro que não foi uma proposta que partiu do Município de Porto Alegre. Em nenhum momento. Nós nem pensávamos sobre isso. Nós fomos lá, e vocês sabem, que o problema das filas é um problema brasileiro. O próprio ministro, que recém assumiu, disse que o principal problema do Brasil hoje é a fila. E a fila não está só em Porto Alegre. Então, quando eu falo, parece que é só Porto Alegre que está um caos com relação à fila. Mas aí eu convido vocês a conhecer cada um dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Pelo menos a nossa fila está transparente, que nem isso os municípios fazem de botar transparência. Então, o ministro coloca que a prioridade dele é isso. Inclusive, tem um novo projeto lá, que eu não sei se vocês viram, hoje eu acordei com a notícia de que o Plano de Saúde Popular, a R\$ 100,00, ganha força no governo federal. Então, surgiu. Também quero ouvir opinião sobre isso. Parece mais o retorno ao INSS. Então, os gestores têm autoridade para poder propor as coisas. Se for para ficar bom, ótimo. Se não for, bom, paciência. Então, a gente nunca teve interesse. Agora, a gente tem interesse que a saúde melhore. Hoje, Porto Alegre coloca R\$ 15 milhões no HPS, dos R\$ 19 milhões que custa – R\$ 15 milhões. No Hospital Presidente Vargas, dos R\$ 15 milhões que custa de manutenção do hospital, R\$ 13,5 milhões são colocados pela Prefeitura de Porto

Alegre. O Estado nunca levou em consideração a Prefeitura de Porto Alegre. Nunca levou em consideração. O Estado nunca colocou os 12%. Não foi este governador, foram todos. Da extrema esquerda para a extrema direita – todos. Nenhum cumpriu. Zero, vereadora. Nenhum. Talvez esse seja o primeiro que queira cumprir. Acho pouco provável, porque está tentando negociar. Então, dizer para vocês que a proposta foi, fomos lá para pedir recursos, recursos justos. De falta de recurso financeiro, porque nós vamos chegar em setembro e não teremos recurso financeiro para poder manter a saúde em Porto Alegre. Não é justo a gente botar R\$ 40 milhões e disponibilizar para as demais pessoas. Isso não é justo. Nós fomos lá pedir contrapartida. E a Ver.^a Cláudia acompanhou essas reuniões junto com os prefeitos. O governador, no seu entendimento, disse que não dá dinheiro, mas quer hospital. Eu disse que não tem problema. Se for para melhor, eu engulo o meu orgulho, eu orgulho o meu individualismo, e não tem problema, Ver. Oliboni, desde que o Estado prove que tenha condições de fazer. Foi só uma conversa. Onde ele propôs e a gente aceitou. Mas, primeiro, nós não aceitaremos se não for para melhorar o sistema de saúde. Eles têm que garantir que a assistência do HPS, que é um exemplo de gestão, que eu não concordo com a fala do governador e da secretária que questionaram, ou ousou questionar o processo de gestão do HPS, porque não conhece, porque eu nunca os vi pisarem dentro do Hospital de Pronto-Socorro, e você não faz gestão, Ver.^a Atena, sem conhecer. Eu não estou aqui em condições de falar sobre o São Pedro. Eu não piso lá no São Pedro para ver o processo de gestão. Eu não piso lá dentro do Sanatório Partenon, que é um hospital do Estado, para ver. Eu não tenho propriedade para dizer isso. Eu posso ter, se eu olhar, se eu for, se eu ouvir os trabalhadores, se eu ouvir a gestão. Não é em cima de um indicador onde você pega, como eles usaram, um indicador que diz o seguinte: Custo do hospital, R\$ 19 milhões, divido por número de pessoas internadas, e diz: olha, o custo é cento e poucos mil reais por paciente. Não é isso. São 772 mil procedimentos. Tem a disponibilidade. Se eu furo o olho, eles sabem que vai ter o HPS lá para atender. É porta aberta de 42 especialidades. Se chega um cara politraumatizado e precisa do cárdio, do

neuro, do vascular, do plástico, do ortopedista e traumatologista, vai ter. Se fizer um ou dois procedimentos, eles vão fazer. Às vezes, entra sete cirurgiões para salvar uma vida, e salvam as vidas, Ver. Gringo, salvam muitas vidas. Sabem muito bem disso. É importante a gente também dizer que, se fosse simples assim, eu também olharia, por exemplo, para um sistema de imprensa, um jornal, e diria assim: olha, o custo desse jornal é tanto. Vou dividir pelo número de reportagens, e vou dizer que o jornal está caro. Mas não é só no jornal que se mede por isso: se mede pela disponibilidade, se mede pelas pessoas que fazem a higienização. Então, tem que melhorar. Se for para melhorar, não tem problema, eu sou parceiro. Agora, tem que mostrar *expertise*.

Segundo ponto: financeiro. O que nós queremos é dinheiro, gestão a gente sabe fazer. A parte financeira é o seguinte: nós temos, hoje, investido em todos os hospitais, R\$ 40 milhões por mês. Se o Estado quiser, ele que banque. Vai ter condições para bancar? Vai. Se chegar aos 12%, é R\$ 1,5 bilhão a mais que entra na saúde do Estado, por ano – R\$ 40 milhões x 12 = R\$ 480 milhões. Dá e sobra, se ele cumprisse os 12%. E tem que ser constante e seguro para poder fazer isso.

Terceiro ponto: nós não abriremos mão da regulação do processo respeitar o que está pactuado, porque hoje não se respeita a pactuação. Quando tem uma ordem judicial lá de Uruguiana, de Pelotas, de Erechim ou de outro lugar e não consegue lá, vem para Porto Alegre. Isso desrespeita, por isso nós propomos uma câmara de compensação. Se eu atender pacientes fora do processo, tem que pagar, porque quando eu atendo uma pessoa fora da referência, eu deixo de atender alguém da referência. Então, precisa ter um processo de regulação que respeite as referências e que todos tenham as referências transparentes e claras, que até hoje nunca fez. Se a gente passar os limites de Porto Alegre, ninguém conseguiu colocar isso. Então, primeiro: Gercon, Gerint, Gerpac têm que estar funcionando, e isso não está funcionando ainda no Estado do Rio Grande do Sul. Então, tem alguns trabalhos de base para poder fazer isso. Mas, enquanto essa discussão prospera, é óbvio, Ver. Oliboni e demais, que a gente vai abrir discussão pública desse processo. Agora, tu não esperas que isso seja

de quinta-feira de manhã, para uma Sexta-feira Santa, num domingo, numa segunda e numa terça-feira pós-feriado de carnaval. O senhor sabe muito bem, e todos sabem, que a proposta foi na quinta-feira de manhã. Obviamente que o prefeito aceitou a negociação. “Vamos negociar, se for bom...” Queria lembrar que o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas era federal, ele não era do Município. Passou para o Município, se passar para o Estado, tem que ser melhor. Porque eu entendo que hoje ele está melhor do que quando ele estava com o federal. Nós botamos mais serviços, nós fizemos testes do pezinho, nós temos o CRAI, nós temos várias coisas. Se o Estado quiser... E nós assumimos o compromisso desse hospital. A União não tinha mais recurso para bancar aquele hospital, não tinha, eles queriam passar. Nós só vamos passar se tiver a garantido recurso financeiro, eu não vou bancar para outros gerenciarem, isso eu não vou fazer.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Secretário, eu gostaria de fazer um aparte, sobre o Presidente Vargas. A gente aprovou, nesta Casa, um investimento de R\$ 300 milhões para a construção do novo Presidente Vargas. Como fica isso caso venha passar para o Estado? Como é que isso vai funcionar?

SR. FERNANDO RITTER: Passa para o Estado.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eles farão essa...?

SR. FERNANDO RITTER: Passa para o Estado, porque se eles querem assumir...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Mas foi aprovado aqui, não é?

SR. FERNANDO RITTER: Tudo bem, mas aí, vereadora... Primeiro, vereadora, toda discussão, não é assim: pronto; resposta. Eu entendo, mas não sou eu que

vou decidir isso sozinho, que, primeiro, a gente suspende o processo; suspende o processo e vai discutir. Então, hoje mesmo, já conversei com a secretária Ana Pellini e disse: o processo de parcerização está suspenso temporariamente, até que se decida quanto ao futuro do hospital.

Queria fazer uma fala para os trabalhadores: primeiro, que se acalmem. Entendeu? Mas, vereador, de novo, para pisotear e falar asneira não se paga imposto neste Brasil, e as pessoas falam, fazem as conclusões mais estapafúrdias do mundo, porque até agora só se fez uma proposta. O governador disse: “Eu proponho assumir”. Eu disse: eu proponho discutir. É isso que nós vamos fazer. Nós propomos discutir. Se o Estado tem melhor capacidade para gerenciar e capacidade financeira para manter a mesma qualidade, o negócio está fechado. Agora, se não conseguir, me desculpa, ficamos como está. E o Estado banca. Se não bancar, nós vamos, sim, adequar o orçamento do Município à disponibilidade de serviços. É óbvio que nós vamos ter que fazer isso, porque saúde não tem preço, mas ela tem um investimento limitado por um orçamento finito. E assim é na nossa vida pessoal. Então, eu queria tranquilizar e falar para os trabalhadores que nada vai acontecer, os trabalhadores, o servidores são nossos, continuarão sendo pagos por nós, ressarcidos pela União, pelo Estado, provavelmente, e ninguém vai sair se não houver desejo desse processo. Só se o Governo do Estado não quiser, mas acho pouco provável. Eles me dizem o preço que eles acham que conseguem fazer, melhor, e a gente banca o resto, dentro desse processo, dentro dos nossos trabalhadores, até o último se aposentar. Não tem problema. Formas existem várias, várias, mas ainda é muito cedo para a gente tomar qualquer decisão sobre isso.

Então, fico à disposição, Ver.^a Atena, para diálogo, conversa, bandeira branca. Não estou aqui para vocês gostarem ou não gostarem da fala, acho que estamos aqui para a gente desabafar. E, quando a gente desabafa, a gente também faz uma reflexão. É óbvio que tudo que vocês falaram, eu concordo com vocês. Estou disposto, participarei mais, mas vocês também têm que fazer a parte de vocês, de garantir que o que for pactuado no núcleo seja cumprido. E não

podemos ter surpresas. Kinder Ovo com surpresa desagradável, não será aceito dentro desse processo. Então, repasso a palavra para a Ver.^a Tanise. Obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigado, secretário. Passo a palavra agora para a Djanira, que pediu um aparte, uns minutinhos. Depois para o José Carlos, que está inscrito, aqui da plateia, e retornaremos para os vereadores, para as considerações finais.

SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO: É uma coisa bem pequenininha para o secretário. Secretário, quando o trabalhador vai trabalhar no conselho, ele tem que se adequar à maneira que o conselho trabalha, ao horário que a gente precisa. Porque não adianta mandar uma pessoa para lá que quer fazer o horário que ela quer fazer o horário que ela quer, quer trabalhar só de tarde ou só de manhã. Não dá, não existe isso. Conforme nós precisamos, nós temos que ter uma pessoa disponível para o conselho e não chegar lá e dizer: “Não, de manhã eu não trabalho”. Eu não trabalho de tarde.” Não, se o conselho está precisando porque ele está aqui de serviço, a pessoa que quer ir para lá tem que saber que lá se trabalha e muito. Outra coisa é sobre o OP: o prefeito passou a discutir saúde no OP. É válido isso, mas quem está garantido em lei federal é o conselho; então, aí tenho duas discordâncias do senhor, aí eu discordo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO: Não, mas eu quero deixar claro que eu discordo do senhor, porque vai tudo para o OP, só que quando você vai ler, tem cada coisa proposta pelo OP que não dá também, porque você tem que conhecer as leis; daí você vai e discute no OP, a maioria das pessoas não sabe qual é a lei que rege a saúde – poucos sabem. Então, essa é a minha discordância. Nas outras falas, muito eu concordo.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): A Maria Inês também pediu uma parte.

SRA. MARIA INÊS BOTHONA FLORES: Só para deixar registrado aqui e estar gravado que o secretário, quando falou, cumprimentou toda a mesa, ele desconsiderou o conselho. O senhor não cumprimentou nenhuma pessoa aqui do conselho – isso tem acontecido em quase todas as reuniões da COSMAM. E, também, aqui, agora, na sua última fala, vai ouvir todo mundo, menos o controle social. É esse o tratamento que nós temos. Isso está gravado!

SR. FERNANDO RITTER: Desculpa, desculpa, vereadora. Não foi isso que eu disse. Eu disse que a gente vai ouvir todo mundo. Eu não disse... Eu disse que eu ia excluir o conselho? Não.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): O senhor Waldir também pediu uma parte.

SR. FERNANDO RITTER: Está vendo como o negócio é pessoalizado?

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: Pergunta dinâmica, se vai ter depois, como nós somos... Quer dizer, a pauta foi proposta pela Ver.^a Atena. Esse é um debate que realmente temos que fazer, para não ficar num fato isolado, assim, de repente a mudança de uma pauta é o problema. Sobre o OP, vamos convir, o Marchezan tentou destruir o OP, não conseguiu porque isso faz parte da cultura de Porto Alegre. O Melo, hoje, mantém a mesma postura; o OP já teve quase 11, 12%, quase 15% de investimentos. Hoje nós temos... Quando o orçamento municipal era R\$ 1,5 bilhão, mais ou menos, teve anos em que teve até quase R\$ 150 milhões que OP decidia. Hoje nós temos aqui um orçamento municipal de quase R\$ 12 bilhões. Quanto é que foi para o OP nos últimos anos? Vinte milhões de reais. Quer dizer, o orçamento cresceu sete vezes, e o OP diminuiu dez vezes. E o nosso problema, Fernando, a nossa briga não é com o OP,

nenhuma; agora qual é a obra que impactou a cidade que o OP pode decidir para ser feita? Isso acumula demandas, demandas, demandas, demandas. Então, vão fazer essa discussão, sim. Nós, sim, queremos reconstruir isso. Isso é fundamental, isso faz parte do controle social.

Outra questão importante que acho que a gente tem que ver que são... Para não ficar assim que é partidário, são projetos também. Por exemplo, nem todo mundo... Bom, vamos pegar aí, por exemplo, os trabalhadores são fundamentais no SUS, no controle social também. Toda a construção da reforma sanitária que deu no SUS e tudo mais, os trabalhadores tiveram um papel importante, talvez em alguns momentos, Fernando, mais importante até do que os movimentos populares pela saúde. Teve movimentos populares pela saúde, importantes, nesse processo. A mobilização, por exemplo, a partir da conferência, da oitava conferência, para dentro da constituinte lá, teve uma participação popular fundamental, puxada por essas lideranças todas que construíram aquela proposta do SUS. Mas os trabalhadores... Nós temos hoje os trabalhadores... A terceirização, a terceirização, ela cria dificuldades para a participação mais efetiva dos trabalhadores. Além de a gente ter um sistema de saúde, de toda a experiência da saúde, por exemplo, que é feita por terceirizados, boa parte em Porto Alegre, nós temos quase 90% da Atenção Básica, por exemplo, terceirizada, o corpo de trabalhadores, que acumula de experiência, de conhecimento, não fica no serviço público, porque há uma troca tremenda. A maioria deles não se envolve com o controle social porque não tem estabilidade nenhuma. Não tem estabilidade nenhuma! Então, tem várias questões, e acho que isso a gente teria que discutir. E mesmo o custo. Eu não tenho os dados aqui exatos, mas o que custaria hoje o serviço direto, público, estatal, podendo ser através de uma fundação. Tem toda essa polêmica ao redor do IMESF e do Sollus, mas era um serviço estatal, as pessoas entravam... Eram funcionários considerados públicos e coisas assim, onde todo investimento que se faz fica dentro do sistema, do sistema público, cria vínculos, acumula em *expertise*, em experiência e assim por diante, coisa que nesse sistema hoje não funciona. Mas a nossa divergência não é contigo, é com o projeto que está sendo implementado

pelo prefeito de Porto Alegre, que, para minha surpresa, continua com aquilo que o Marchezan disse: “Vamos fazer de Porto Alegre um símbolo de implementação do projeto neoliberal, do estado mínimo ao máximo”. E agora já sabemos que o mercado não resolve. Se não tem o Estado que regulamenta, que fiscaliza, que define diretrizes que orientam os investimentos; bom, é só olhar que o mundo está, hoje, um caos, por isso, em grande medida. Então acho que são questões, acho que nós temos que realmente fazer o debate, ir fundo, e não nos sentir desrespeitados quando alguém diverge, porque o povo reclama do problema das filas – as filas são um símbolo, vamos dizer assim, são a expressão do problema. Se não mudarmos radicalmente a Atenção Básica, não temos como resolver o problema das filas também. As equipes eMulti agora estão minimizando, mas não estão conseguindo diminuir as filas, estão evitando que as filas aumentem, em um ritmo menor. Então acho que é uma coisa muito mais complexa. Mas esse é mais um motivo, Fernando, para nós realmente sentarmos e debatermos. Acolher aqui diferenças não são necessariamente diferenças partidárias, são visões de mundo, são concepções sobre o SUS, sobre a política pública, sobre a saúde em geral. Agora, se eu já saio carimbando “divergiu de mim, está divergindo partidariamente”, bom, aí não dá mesmo.

SR. FERNANDO RITTER: Tu entendeste o que eu disse, tu entendeste.

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: Fernando, eu não quero aqui... Vou colocar assim: nós estamos vivendo, e aqui não estamos...

SR. FERNANDO RITTER: Não estou falando...

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: Não estamos reproduzindo aqui, acho, o clima de intolerância que existe na sociedade. Acho que não é esse clima que está aqui agora, não é. Agora, que ele está muito presente, ele está, e também

está em toda a parte, não estou dizendo que ele está só de um lado, ele está em toda a parte. Agora, vamos convir que o que foi o conflito, não alimentado pelo conselho, mas pelo governo Marchezan, por exemplo, deixou sequelas também, deixou sequelas.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ok, obrigada, Sr. Waldir.

SR. WALDIR JOSÉ BOHN GASS: E nós não temos conseguido realmente criar condições para superá-lo. Mas sei que não é fácil.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Obrigada. Temos um inscrito pela plateia, que é o Sr. José Carlos, do Conselho Distrital Extremo-Sul.

SR. JOSÉ CARLOS VIEIRA: Bom dia à Mesa. Cumprimentando a Mesa, cumprimento o pessoal da plateia que está aqui. Eu vou fugir um pouquinho da nossa pauta, que a nossa preocupação do Extremo-Sul agora é a questão da dengue. Nós estamos muito preocupados com a questão do avanço da dengue na cidade de Porto Alegre. Para dizer para vocês, assim, tem uma coisa que nós vamos ter que debater com a Equatorial, porque a Equatorial está podando tudo que é árvore que tem nas redes. Na Av. Juca Batista, se vocês forem na Av. Juca Batista, as podas que eles fizeram, eles botaram tudo dentro das valas, deixam três, quatro meses amontoadas na rua. Aquilo ali junta mosquitos, e dali se tornam os mosquitos nossos da dengue. Eu não vou esticar, porque o nosso parceiro, que a gente diz, o Waldir, a Djanira, o pessoal, eles já me cumprimentaram com a fala deles. Então, eu queria que nós fiscalizássemos as questões das podas das árvores, isso está nos preocupando muito sobre o mosquito da dengue. Era isso, obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ok, muito obrigada. Neste momento, vou passar a palavra para os vereadores. Algum inscrito? (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todas e todos; bom dia, secretário; bom dia, pessoal da Saúde; bom dia, Ver. Jonas; meus colegas aqui; pessoal do conselho – sejam bem-vindos. Primeiro, quero iniciar a fala desejando parabéns para a Ver.^a Atena, que estava de aniversário no domingo, desejando saúde, sucesso; parabenizar também pela pauta, que é importante. Participei alguns anos do controle social através do posto Glória, do conselho local, conheço como funciona – não era nem vereadora ainda na época – e sei a importância dessa fala. Como diz o secretário, infelizmente, foi perdendo espaço ao longo do tempo. E acho que é importante o conselho estar nas discussões e nas falas para que possamos juntos construir. A gente esteve em várias reuniões com os prefeitos da Grande Porto Alegre, como disse o secretário, e as dores são as mesmas; todos têm os mesmos problemas que nós temos. Os nossos são um pouquinho maiores, porque nós somos a capital de todos os gaúchos, ou seja, todos aqueles que não são assistidos e que não têm para onde ir, eles acabam vindo para a nossa capital. E nós acolhemos a todos, porque a saúde é universal, e nós precisamos, sim, atender a todas as pessoas; mas precisamos de recursos para isso. Então a minha fala, inclusive, na semana passada, no dia 15, aqui no plenário, com o prefeito, com o secretário, foi essa. Se nós não conseguirmos mudar, e se o nosso governo estadual entende que tem condições de bancar isso, então que o faça. Porque mais do que a gente coloca, mais do que a gente faz, mais do que a gente entrega em valores, a gente não tem condições de entregar. Então, não é questão de gestão; a gestão está fazendo além do que pode fazer com o recurso que tem. Na verdade, a gente precisa é de mais recursos, e é por isso que fomos atrás de buscar mais soluções, de buscar mais recursos. Não é que a gente não quer fazer a gestão, não é que a gente não quer atender as pessoas, é que a gente não tem recursos para isso. Isso é muito claro. E isso vem lá do governo federal, que está vendo isso, porque, na semana retrasada, fez uma fala onde fez uma parcerização. E eu pergunto aqui para o conselho: se o conselho é contra a parcerização, por que o governo federal está fazendo parcerizações para poder reduzir as filas?

É tão importante essa redução de filas. Então, nós temos que buscar alternativas. Em parceria com o conselho? Sim. Porque o que mais importa é a vida das pessoas; mas a gente não faz milagre. Então, se o governo federal entende que ele consegue entregar mais, e eu não concordo com o senhor quando o senhor diz que ele tem que entregar a mesma coisa, eu acho que, se ele vai assumir, ele tem que entregar mais; ele tem que, pelo menos, fazer o que ele deveria estar fazendo, não entregar 9,75%, e sim 12%. Se ele fizer isso, é mais do que a gente está conseguindo fazer, e ele vai poder atender melhor do que nós estamos atendendo. Então, é isto o que a gente quer, que o governo do Estado possa fazer mais pelas pessoas. Porque nós, como comissão de Saúde, nós, como porto-alegrenses, vocês, como conselho, tenho certeza que o que nós queremos, a secretaria também, é que as pessoas sejam atendidas, que elas não morram, como aconteceu na semana passada com o rapaz que queimou 90% do corpo em Sapucaia e que, infelizmente, não tinha para onde ir, por que só em Porto Alegre, no HPS, nós tínhamos oito pessoas esperando por uma UTI, um leito de UTI, e ele não tinha para onde ir, e ele morreu por falta de atendimento. Isso não pode acontecer. Então, é isso que nós temos que discutir, é sobre isso que nós temos que falar.

Não... Desculpe, Inês, eu sei que tu és uma grande guerreira, mas, assim, não porque vocês não foram mencionados, vocês são extremamente importantes, senão não estariam aqui, e sim sobre as pessoas que a gente deixa de atender. Então, assim, vamos olhar para frente, vamos juntos buscar soluções, porque o caminho é salvar vidas. Obrigada.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ok, obrigada. O Ver. Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Então, reforçando o que eu tinha sinalizado anteriormente, secretário, eu gostaria de propor algumas coisas, e uma delas é a primeira, em 10, 15 dias, dependendo da sua agenda, possas dar

uma agenda ao conselho, duas ou três pessoas, para poder decidir sobre essa assessoria do conselho, horário, definições.

SR. FERNANDO RITTER: Tem reunião de núcleo, a gente pode...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Isso tem que acontecer, porque a secretaria precisa disso, o conselho precisa disso. A segunda, o Waldir levantou uma questão que me chamou muita atenção: hoje, compõem o conselho quantas entidades, quantos representantes, 60, 70, 50, quantos? (Pausa.) Oitenta e poucos. Então, olha só, ele está desatualizado. É uma composição de 50% de usuários, 25% de trabalhadores, 25% de poder público. Tentem conversar, quem sabe muitas entidades já foram até extintas, não existem mais. Vamos recompor esse conselho, vamos atualizá-lo nesse aspecto, e não vir de novo no projeto de lei, tirando a autonomia do conselho. Aí nós vamos entrar em conflito, porque nós discordamos disso. Acho que isso já está superado. É um conselho muito atuante, obviamente, tendo toda essa composição, me parece que a representação é importante, porque ela dialoga com inúmeros setores. Tem algum farmacêutico aqui, por exemplo? Tem alguém da Atenção Básica? Enfim, tem mil e uma representações, mil e uma, não, tem 60, 70, 80, que é importante saber, e se precisar de um PL para fazer essa modificação, nós podemos interagir e criar uma possibilidade de acordo para poder sinalizar isso que o Waldir levanta. E a terceira é um calendário de reuniões. Vossa Senhoria falou, secretário, sobre termos, inclusive, muitos parceiros, em tese; tem que ver se operam nessa contratualização, como mudará o sistema. Eu, olhando de fora, secretário, como vereador, acho muito ousada essa proposta feita pelo governador e aceita pelo Município, sem antes ter muita conversa, porque nós visitamos aqui os postos de saúde, visitamos os pronto atendimento. São vergonhosos os pronto atendimento da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro. Foi contratado, terceirizado por uma entidade que, por sua vez, não cumpriu o contrato já pela terceira vez. E os governos estão renovando! Não cumpriu! O governo renovou o contrato sem ser cumprido. Por exemplo, se olhar o contrato

original, tinha que ter tantos leitos – o dobro de leitos –, e não teve. Tinha que aumentar o número de atendimentos, não teve. Tinha que fazer reformas, não teve. Transformar em UPA... A senhora, inclusive, falou aqui em reuniões anteriores que, em operando o contrato e fazendo as reformas, elas mudariam de PAs para UPAs, e o governo municipal receberia mais recursos. Isso desde o Sparta, vinha essa fala do governo, esse PDM. Então, assim, não operaram, estão renovando os contratos e os atendimentos estão lá. É desumano o que nós vimos lá: 20, 30 pacientes no corredor aguardando a contrarreferência, e não acontece, ela demora 10 dias. Tinha que fazer em 24 horas! Dez dias as pessoas ali se contaminando uma com a outra. Desculpe-me, tu és médico, és odontólogo, mas sabes muito mais do que nós. Então, é uma dura realidade que revolta o cidadão, mas também nós. Nós nos tornamos impotentes, as pessoas cobram muito do vereador, imagine do prefeito, imagine do secretário. Então, acho que tem que operar isso.

Então, o que estava propondo aqui? A situação da assessoria do conselho é importante. Essa questão das agendas de reuniões, se elas puderem ser comunicadas à COSMAM... A COSMAM não tem assento no conselho, não é? (Pausa.) Não tem, não é? Mas pode ser convidada. Numa possibilidade de conflito, tentar mediar o conflito. Acho que é importante, a Câmara de Vereadores faz essa mediação, como a própria Ver.^a Atena acaba de propor aqui, uma conversa para tentar resolver problemas existentes. Porque o governo, independente de quem esteja, como foi dito aqui, ele precisa da opinião, de uma posição do conselho. Tenho certeza de que todos nós queremos ampliar os serviços, desde que sejam 100% pelo SUS, humanizado, e que, enfim, cumpram as prerrogativas do Sistema Único de Saúde. É apenas como sugestão. Obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): O Ver. Gilvani o Gringo está com a palavra.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Bom dia a todos, bom dia, vereadores. Quero parabenizar a Ver.^a Atena por essa pauta tão importante que é a saúde. A gente vê o clamor popular, as pessoas estão em polvorosa, como se diz aí, relacionado à saúde. Quero agradecer, parabenizar também a participação da Comissão de Saúde. Eu falo sempre que o estresse, eu digo a discussão, na gestão, é uma das coisas mais importantes que tem que acontecer. O que não dá para admitir é as coisas não acontecerem, a gente não ver uma mudança efetiva. Debate-se muito, eu vejo... Estou acompanhando todo o movimento da saúde, hoje eu sou vereador, comecei, todos sabem, é a primeira vez no meu mandato. E já tem alguns anos, dá para se dizer, que a saúde clama por mudança, clama por melhoria. E a gente tem que começar a ver mudança, porque eu, hoje, como vereador, recebo muita chamada, que nem o Oliboni falou, hoje eu sou cobrado. Aí venho trabalhando nas minhas fiscalizações, me deparo também com falta de infraestrutura, às vezes até a própria estrutura que está ali não atende uma qualidade para quem já está ali mobilizado em atendimento. Até uma cadeira, uma condição mais confortável para a pessoa aguardar um atendimento que é de horas e horas. Eu vejo as pessoas penduradas em uma cadeira de rodas, aquilo ali é deprimente, você vê uma senhora de 90, 80... A pessoa já trabalhou tanto na vida; eu tenho certeza que aquela pessoa jamais pensou que ia se deparar com aquele sofrimento ali, de estar doente e naquela condição. Então, secretário, eu acho que, até eu proponho, eu vou entregar um pedido de lei, que o governo trabalhe umas contrapartidas específicas que seja o caso. Eu digo que o governo tem que cuidar muito do recurso, tanto que o governo clama por recurso para investimento na saúde, mas trabalhar umas contrapartidas para entregar de imediato uma solução. Eu vou dar exemplo dessa condição das pessoas ficarem acomodadas lá aguardando os exames, aguardando um tratamento. E também eu digo insumo, trabalhar ali um apoio na questão de desenvolver a construção de mais unidades de saúde. Eu venho da iniciativa privada e sofro muito em não ver as coisas acontecerem; a gente não vê o resultado. Se tem reunião, se debate, e não nasce uma melhoria. Eu não sou contra as ideias do governo. Eu

não sou contra as mudanças. Mas eu sou contra a não haver melhoria de fato. A gente tem que pensar nisso. Não adianta fazer reunião, reunião da reunião, e as coisas vão ficando aí, e não vem mudança efetiva. Isso me judia. Eu falo para vocês que... Quem olha para mim e diz assim, se olhar, quando eu comecei no governo, eu emagreci acho que mais de 10 quilos. E dizem assim: mas o que está acontecendo? Eu ando nervoso, eu ando atucanado com essa questão. O Ritter sabe. Quando eu comecei, a minha mulher disse assim: o que tu tens? Eu estou tentando entender o sistema. Eu estou sofrendo para entender o que ocorre.

Mas, enfim, o Ritter está aí, não foge do compromisso toda vez que eu também chamei. Então, o estresse é importante, é importante debater, mas a gente tem que ver mudança efetiva. Eu quero deixar aqui um pedido para a Comissão, que vocês me encaminhem, quando houver essas reuniões, que eu quero fazer parte, para me integrar. Eu digo, eu como vereador, tenho que estar integrado às informações para poder ajudar e poder contribuir com as minhas ideias, com a minha visão das coisas e ser útil aí. Mas, enfim, muito obrigado pela participação da Comissão. E temos que lutar por melhoria. Essa é a meta. E ver resultado acontecer efetivo. Bom dia.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Obrigada. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. Eu ouvi atentamente a fala do secretário. Secretário, o que me preocupa na saúde, na sua fala, é que há diálogo, mas as pessoas não precisam concordar. É muito ruim essa frase. E eu já ouvi do Melo também. A repetição de uma fala do prefeito. É péssimo isso. Não tem como um gestor do SUS, municipal, falar isso. É como se essa reunião, todos nós aqui, eu quero dizer o seguinte, o vereador é pago pelo dinheiro do povo, o secretário também. Como é que a gente vai vir aqui dizer que tem diálogo, mas não precisamos concordar? Mas o que nós fizemos efetivamente? A população espera de nós acordos

cumpridos de um lado e do outro. Eu acho que a disputa política existe, existe. Mas a gente tem que esquecer essa disputa política; se a gente fazê-la permanentemente... Eu, por exemplo, já busquei emendas federais, V. Exa., sabe, para a saúde, do deputado federal Bohn Gass. Então, não pode dizer que eu não estou com o governo, quando eu tento fazer esse movimento. Outro dia a gente votou ali também um projeto, trocando o terreno da prefeitura com a União. Eu nem sabia, e tinha essa negociação já em andamento com a Secretaria, com o GHC, e vamos apoiar. Então a gente apoia muita iniciativa. Já apoiamos aqui a busca de recursos financeiros via empréstimo para obras para ajudar no Caixa da Prefeitura. Eu, por exemplo, me coloco muitas vezes a favor do governo, porque a favor da proposta do governo. Porque mesmo sendo o Partido dos Trabalhadores, e neste momento sendo líder da oposição, a gente tem que observar os gargalos. Outro dia, teve contratos temporários. A gente vai lá e diz: olha, contrato temporário não é o caminho, tem que fazer concurso. Mas a gente não deixa de votar. Todo ano a gente vota a favor da Operação Inverno aqui. Sempre vota. A Operação Inverno, porque sabe que as doenças ampliam. Mas tem coisas que a gente fala, secretário, vou lhe dizer uma, quantas vezes eu falo nessa tribuna, as suas assessoras, representantes aqui da secretaria, elas ouvem, agentes de endemias, mais agentes de endemias, V. Exa. estava lá na Vigilância, sabe que nós precisávamos de mais profissionais. Mas não temos um número suficiente; agentes comunitários também. Têm um problema hoje nos postos de saúde. As empresas contratadas para gerir os postos muitas vezes excluem os agentes comunitários de saúde de fazer uma gestão coletiva, e esse problema está se prolongando e ninguém assume. Não estou dizendo que o senhor, como secretário, não assume, mas está ruim nos postos, porque é um grupo por um lado, os servidores concursados, agentes de saúde, e a empresa do outro. Outro dia me aconteceu no posto de saúde, eu mandei uma emenda que era para ter o mínimo de instrumental na sala dos agentes, e eles guardaram esse material para eles no posto. Aí depois que a gente foi lá, o meu assessor foi lá, o Gilmar Cardoso, que está aqui, que acompanha, foi lá e disse: “Não, olha aqui, a gente mandou a emenda para isso”. Então, tem coisas de

gestão que são problemas que a gente tem falado. Então, eu fico muito feliz de lhe ver aqui, e agradeço, porque muitos secretários do governo sequer vêm na Câmara, então isso eu tenho que elogiar. Quando V. Exa. vem aqui e nos ouve, mas a gente precisa construir mais consensos.

Então, eu queria dizer assim, nós podemos botar uma pedra no meio desse conflito que existe com o conselho e criar uma nova página daqui para frente, uma página diferente, uma página de construção, porque eu acompanhei, V. Exa. lembra, o Marchezan destruiu a cidade em muitas políticas, muitas políticas; só no DMAE eram dois mil funcionários que tinha, ele demitiu, ele aposentou, enfim, enxugou, novecentos. Hoje, está faltando água na Zona Norte? Começou lá. Então, as coisas ruins que aconteceram, esse desmonte do conselho, começou lá, então deixa lá, e agora vamos botar o RH que falta, vamos tentar colher isso, tentar construir isso. Então, eu fico preocupado, mas eu estou me colocando aqui, secretário, de coração aberto, para ajudar nisso, e estou ouvindo várias entidades sobre o outro assunto que V. Exa. colocou aqui, que é dos hospitais, que eu ainda estou me inteirando para entender exatamente o que o governo Leite quer fazer. Mas uma certeza eu tenho, secretário Ritter, que eu acho que é a mesma certeza que V. Exa.; para concluir, o Leite gasta só 9% do orçamento estadual com saúde. Ele tem 3% em haver com o povo gaúcho e com o povo de Porto Alegre. Só para concluir, no HPV, nós fizemos cerca de 100 mil testes do pezinho por ano, é mais ou menos isso; 90%, nem isso, é fora de Porto Alegre, é Rio Grande do Sul. E dois mil partos, que ao todo que fazem, e, muitos, de fora. Então, se o governador deve dinheiro para a saúde, ele tem que colocar esse dinheiro. A gestão, como vai ser, nós podemos até discutir, não estou contra a discussão, mas primeiro tem que pagar a conta que deve. Eu já falei isso na tribuna, o governo estadual tem que dar dinheiro para Porto Alegre e não tirar dinheiro de Porto Alegre como fez. Esse é o primeiro começo da conversa. Ele tem que ser justo com a cidade, e não está sendo. Obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): *Ok, temos mais oito minutinhos. Fernando Ritter, para as suas considerações finais brevemente, depois a Ver.^a Atena.*

SR. FERNANDO RITTER: Acho que a gente dialoga, sim, não tem problema, a gente conversa. Eu acho que tem que primeiro botar as questões pessoais de lado, e a gente avançar dentro desse processo. Estamos à disposição. Vou dizer também que falta dinheiro mesmo. O governo federal mesmo bota 9% na saúde, sendo 4,5% para a saúde suplementar e 4,5% para o SUS. Sabia disso, Ver. Oliboni? Que a mesma quantidade que se coloca no SUS é o que o governo, nove e tantos por cento, 4,5% é para a saúde suplementar, filantropia e outras coisas, e 4,5% é para o SUS. Isso é histórico, não é deste governo. Sempre foi assim. Sempre foi assim.

Então, de fato, para o SUS, o governo federal bota 4,5%. O Estado, que deveria botar 12%, bota 9%. E os municípios que deveriam botar 15% passam de 20% nesse processo.

Então, acho que, sobre a questão, até, vereador, queria marcar uma reunião com o senhor para explicar sobre a SPDM, porque talvez a informação não está chegando completa para o senhor. Então tem algumas coisas que tem, é importante esclarecer, que acho que não cabe a gente ficar aqui discutindo, e eu quero marcar uma reunião para que o senhor, pelo menos, entenda e faça a interpretação a partir daquilo que é real, e não daquilo que contam.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): É só marcar que eu vou lá. Mas a informação que nós temos é que os senhores renovaram o contrato.

SR. FERNANDO RITTER: Mas não tem nada de...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): E eles não cumpriram as metas existentes.

SR. FERNANDO RITTER: Não; é que se o senhor der a oportunidade para a gente mostrar, talvez o senhor mude de opinião sobre algumas coisas.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu vou lá, é só marcar.

SR. FERNANDO RITTER: Eles têm coisas que não fizeram, mas tem justificativa que a gente pode botar no processo e que, legalmente, passou pela procuradoria. Não fizemos nada antes do aval da procuradoria. É isso.

Sobre a dengue, o nosso maior foco é na região norte. Não é nem perto do que a gente já teve, mas é preocupante. E a gente tem que conviver hoje, e a gente tem feito um esforço imenso de poder dar conta disso. Então, nós botamos hospital de campanha, nós vamos botar mais dois, e vamos passar por esse período. A dengue me preocupa bastante, mas o problema respiratório me preocupa também. Então, estamos à disposição para o diálogo. Obrigado, Ver.^a Atena.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Vou passar a palavra, então, para a Ver.^a Atena para as considerações finais.

VEREADORA ATENA ROVEDA (PSOL): Olha, eu escutei atentamente aqui tudo, e acho que a melhor pessoa para resolver muitos dos conflitos é uma travesti, porque o nível de relação que eu vivo nessa minha vida... Agora, como vereadora, as pessoas me olham com outros olhares, mas, antes de ser vereadora, o nível de relação diplomática que eu tinha que aprender para não apanhar, para não ser pisoteada por pessoas que estão aí vivendo suas vidas... Sinto francamente que a forma de a gente fazer política começa nesse processo aqui e que é muito legítimo. Eu legítimo, esta Casa legítima o coração e o acúmulo de experiência que o conselho municipal tem nesse processo. E legítima também o acúmulo que servidores da Secretaria Municipal de Saúde têm em relação a isso, principalmente aqueles que são cargos políticos que estão à frente da Secretaria, por exemplo. Eu acho que o processo inicial aqui,

a gente já apresenta uma maturidade política muito importante, há uma maturidade política. O que nós vamos fazer com essa maturidade política é um outro processo. E quando você fala das perspectivas partidárias que existem por trás das nossas expressões políticas, existem. Mas, quando a gente chega aqui e percebe que não tem, tem muito pouco de debate político para eu dizer concretamente qual é a posição partidária, a posição político-partidária, eu não tenho, o que a gente tem aqui é um outro cenário nesse relacionamento desse processo. É um processo que desgasta, é um processo que vem lá do Marchezan horrível, governo horroroso com um debate público bizarro frente aos servidores públicos, frente aos conselhos municipais. E o que a gente está propondo aqui é exatamente entender qual é o limite dos deveres que o Conselho Municipal tem, os deveres que a Secretaria Municipal tem frente ao conselho e vice-versa, mas também quais são os direitos desse processo. Porque eu não posso deixar, como fiscalizadora, e está na Constituição, está no meu papel de legislar, fiscalizar a relação da Secretaria Municipal em relação ao Conselho Municipal, questões que perpendiculam as questões emocionais são privadas a debates de convivência. Eu trabalhei dentro do Presídio Central de Porto Alegre, trabalhei dentro da FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo, trabalhei dentro de um mundaréu de canto com gente da base do processo e eu nunca percebi que chegasse num ponto uma instituição como o Conselho Municipal tão importante para nós e a Secretaria Municipal de Saúde. Então, a gente tira da nossa agenda um debate, que eu poderia estar debatendo aqui saúde LGBT e não estou debatendo saúde LGBT. O Conselho Federal de Medicina postou uma resolução ridícula que retira direitos de pessoas trans, como eu, de jovens, pessoas trans como eu para debater um processo. Quarta passada, eu fui ao Conselho Municipal em reunião de núcleo. A gente não precisa, vereadores, de convite para estar no Conselho Municipal, a gente só precisa de vontade política. Eu não preciso de convite do secretário para cobrar para fazer articulação, como a gente tem feito da campanha Caridades, que vai sair antes de dezembro, porque é isso, a gente não precisa. Acho que a vontade política está exatamente na emergência e na urgência de a gente sentar e

entender quem são as pessoas que estão aqui, quais são os históricos, respeitar esses históricos, respeitar essas decisões. Acho que, da mesma maneira, a secretaria, os servidores, esse processo, e a gente vai acompanhar. Não há uma resolução de reunião. Eu acredito nisso, não é uma reunião, retornar a reencontrar esses debates, o secretário continuar a ir ao núcleo, eu acho que não é por aí a resolução; a gente precisa definir o que, de fato, a gente... qual é o cenário, de fato, que a gente tem. E não é nessa reunião que a gente vai... Essa reunião só abriu a disposição de... Nada foi decidido aqui. Nada foi decidido aqui. Essa reunião abriu uma disposição de... E essa disposição de... – Ver. Oliboni – vai necessitar, principalmente da gente que tem uma proximidade maior com o Conselho Municipal, de diálogo intenso semanal com os senhores e com as senhoras. A gente vai ter que começar a fiscalizar juntos, ao pé da letra, o que a lei diz que a Secretaria Municipal tem que fazer, como a gente pode organizar. É trabalho político nesse processo. Só que eu gostaria muito de dizer que esse trabalho político não vai dispensar o que cada um carrega no coração, não vai dispensar. Eu vou ter uma conversa séria com o secretário logo mais, a gente vai solicitar, e, depois, na sequência, também diálogos mais intensos semanais com o conselho, porque eu quero o conselho trabalhando. Por quê? Porque é a partir do conselho que pessoas trans vão conseguir participar, de fato, da saúde pública de Porto Alegre, entre outros casos aqui. E me assusta, sim, agora, o que o secretário falou dessa questão da disposição dos hospitais, do estadual, vai ter que ser aberto esse diálogo. Foi colocado aqui, acho que tem que se ter calma na nossa perspectiva, não porque a política é o processo desse atestado de falta de dinheiro, falta disso, falta daquilo; é porque nós somos sujeitos políticos, e o que eu estou vendo aqui é acúmulo emocional da humanidade. A gente está cansado e cansada. O sistema, Ver. Gringo, ele não quer ser entendido. O sistema quer nos confundir, quanto mais a gente fica confuso e confusa de onde vem o dinheiro, por que não está dando certo, por que manda emenda e não materializa lá, como o Ver. Jonas disse, o que está acontecendo nesse processo? Agora, não dá para adoecer. Eu não vou adoecer nesse processo. O capitalismo não vai fazer com que eu adoença, muito pelo

contrário, muito pelo contrário. (Palmas.) Então, eu vou agradecer ao Conselho Municipal. A gente recebeu o Conselho Municipal às 9h da manhã, hoje, no gabinete, para um café da manhã. Por quê? Porque política de verdade acontece com o convívio, e esse convívio, a partir disso é que eu quero descobrir o que aconteceu, quando aconteceu e se as disposições forem pessoais, a administração pública tem um princípio: impessoalidade. A impessoalidade, tanto a administração pública do conselho quanto da secretaria. Se houver pessoalidade, a gente vai debater num nível mais forte, porque travesti não é bagunça, e eu não estou aqui, às 10h da manhã para ficar... Não, isso aqui não é 5ª série. E eu acredito que os senhores e as senhoras sabem muito bem disso, e o Melo sabe muito bem disso.

Então, agradecer à Tanise, essa é a segunda reunião que a gente organiza de debate. Estamos abertos para outras reuniões, como a gente vai colocar, e os encaminhamentos todos vão ser feitos pela nossa assessoria técnica da área da saúde. Temos uma assessoria técnica da área da saúde no gabinete, que trabalhava no Getúlio Vargas, no Presidente Vargas, a travesti, a nossa amiga, companheira Vlad, que é mestranda na área de saúde coletiva. Então, a gente vai continuar fazendo essa análise e encaminhando, e, assim, a gente também é meio gaúcha né, se precisar botar a faca na mesa, a gente vai botar. E não vão ser os nossos dedos que vão ser cortados. Obrigada.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Muito obrigada. Quero agradecer a presença aqui do Conselho Municipal da Saúde, os integrantes; agradecer aos vereadores que ficaram conosco até o final; agradecer ao governo municipal. E declaro por encerrada a nossa reunião. Muito obrigada.

(Encerra-se a reunião às 12h03min.)